



**CARLOS ALVES DO  
NASCIMENTO\***

**JOACIR RUFINO DE  
AQUINO\*\***

ocupação e renda das famílias  
rurais do Rio Grande do Norte no  
início do século XXI (2002-2008)

\* Doutor em  
Economia (Unicamp)  
e Professor Adjunto  
do Instituto de  
Economia da  
Universidade  
Federal de  
Uberlândia

\*\* Mestre  
em Economia Rural  
e Regional (UFCG)  
e Professor do  
Departamento de  
Economia da  
Universidade do  
Estado do Rio  
Grande do Norte  
(Campus de Assú)

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a dinâmica e as características das diferentes formas de ocupação e renda das famílias rurais no estado do Rio Grande do Norte de 2002 a 2008. Para tanto, utilizou-se como referência informações obtidas a partir do processamento dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Em linhas gerais, o trabalho mostra que nas áreas rurais norte-rio-grandenses há uma forte predominância de famílias que habitam este espaço, mas que não apresentam vínculos produtivos diretos com as atividades agropecuárias.

PALAVRAS-CHAVE

Famílias rurais. Atividades não-agrícolas. Desenvolvimento rural.

ABSTRACT

The main purpose of this paper is to analyze the dynamics and the characteristics of the different ways of occupation and income of the rural families in the state of Rio Grande do Norte from 2002 to 2008. The reference used was information obtained from processing micro information of PNAD (National Research by Household Sample). In general, the research shows that although there is a great many families living in the rural areas of the mentioned state, such families do not have direct productive bonds with the agricultural activities.

KEY WORDS

Rural families. Nonagricultural activities. Rural development.

## INTRODUÇÃO

Em várias partes do mundo, não se pode mais falar do meio rural identificando-o exclusivamente com as atividades agropecuárias. Nos países desenvolvidos, por exemplo, há muito tempo que as famílias rurais se dedicam a atividades não-agrícolas ligadas à indústria e ao setor de comércio e serviços. Neste cenário particular, segundo Graziano da Silva (1999), o fazendeiro especializado deu lugar a um novo ator social que pode ser denominado de *part-time farmer*, ou seja, agricultor em tempo parcial, que nada mais é do que um trabalhador autônomo que obtém sua renda da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas.

Os resultados obtidos pelas pesquisas do *Projeto Rurbano*<sup>1</sup> indicam que nas áreas rurais do Brasil, guardadas as especificidades em relação à experiência dos países desenvolvidos, também está ocorrendo uma crescente diversificação das formas de ocupação e renda das famílias rurais. Ao longo das duas últimas décadas do século passado, enquanto as atividades agropecuárias tradicionais reduziram sistematicamente a sua capacidade de gerar emprego e renda, verifica-se o crescimento progressivo de um conjunto de atividades não-agrícolas – como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas), o comércio e a indústria – que passam a responder cada vez mais pela nova dinâmica populacional dos campos brasileiros (GRAZIANO DA SILVA, 1999, 2001; NASCIMENTO, 2008; SCHNEIDER, 2003).

Tais mudanças na fisionomia do espaço rural brasileiro, embora apresentem uma abrangência nacional, manifestam-se de forma diferenciada entre as regiões do país e no interior de cada uma delas. Já a partir da primeira metade dos anos 1990, Gomes da Silva (2000) demonstrou, em trabalho pioneiro, que a população rural não-agrícola do Estado nordestino do Rio Grande do Norte havia superado a agrícola, situação só comparável a de São Paulo, entre as 11 unidades da Federação analisadas no *Projeto Rurbano*.

<sup>1</sup>Trata-se de um projeto temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro” – mais conhecido nacionalmente por Projeto Rurbano –, que tem realizado análises das transformações no emprego rural particularmente em 11 estados do Brasil (Piauí, Rio Grande do Norte, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal). A maior parte dos trabalhos produzidos pelos pesquisadores do referido Projeto encontra-se disponível no site: <http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/NEA/pesquisas/rurbano/>.

No entanto, após mais de uma década da descoberta do “novo” rural norte-rio-grandense, percebe-se que ainda prevalece no âmbito de diferentes instituições acadêmicas e governamentais dois “velhos mitos” que limitam as ações voltadas para promover o bem-estar das famílias que residem neste espaço particular: o primeiro é o de que o rural potiguar continua sendo predominantemente agrícola; e, o segundo, é que o êxodo rural no estado é algo inexorável ou um caminho sem volta.

Mas será que a agropecuária recuperou sua posição de destaque e voltou a ser a principal fonte de emprego e renda das famílias rurais potiguares? Em outros termos, ainda faz algum sentido associar o meio rural norte-rio-grandense unicamente ao local de moradia e trabalho de pessoas dedicadas exclusivamente à agropecuária? Afinal, qual a importância da pluriatividade e das rendas não-agrícolas para a reprodução social dos habitantes do espaço rural potiguar?

Com o propósito de responder a essas indagações fundamentais, o presente artigo busca identificar e analisar as diferentes formas de ocupação e renda das famílias rurais do Rio Grande do Norte no período de 2002 a 2008. Com isso, tenta-se demonstrar que o meio rural desse estado apresenta uma base social complexa, em que as atividades e rendas não-agrícolas se constituem nos principais fatores explicativos da sua dinâmica populacional no início do século XXI.

A estrutura do texto foi dividida em mais três seções, além desta breve introdução. Na segunda seção discute-se de forma sucinta os principais procedimentos metodológicos adotados no processamento dos dados secundários que serão utilizados para analisar a distribuição e a evolução da população rural norte-rio-grandense. A terceira seção apresenta e discute os principais resultados obtidos por meio da análise dos dados estatísticos tabulados. A última seção, por sua vez, dedica-se às considerações finais.

## METODOLOGIA

Os dados estatísticos que serão apresentados e discutidos ao longo do texto foram organizados objetivando identificar os tipos e subtipos de famílias rurais do Estado do Rio Grande do Norte conforme a ocupação de seus membros. As famílias foram agrupadas, em primeiro lugar,

segundo a posição na ocupação (empregador, conta-própria, empregado e não ocupado) de seus integrantes na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que é realizada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na construção dos tipos de famílias, a partir dos microdados da PNAD, deixou-se de fora da contagem os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes dos empregados domésticos. Com isso, adotou-se como unidade de análise as *famílias extensas*, que compreendem, além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (não obstante formem outro casal) e os agregados.<sup>2</sup>

As famílias extensas, de acordo com a posição de seus membros na ocupação, foram classificadas da seguinte forma:

- i) se um dos membros da família declarou ser empregador, a família foi classificada como tal (*família empregadora*), independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Procedeu-se dessa forma por se entender que a posição de empregador de um de seus membros constitui uma boa *proxy* da posição social da família;
- ii) na falta de um empregador, a família foi classificada como de conta-própria (*família de conta-próprias*) se um dos membros ativos declarou-se como tal, independente da posição na ocupação dos demais membros;
- iii) em caso de não haver nem um empregador e nem um conta-própria, a família foi classificada como *família de assalariados*, se pelo menos um dos seus membros declarou exercer, como assalariado, uma atividade agrícola ou não-agrícola na semana de referência da PNAD;
- iv) no caso de nenhum dos membros da família ter-se declarado ocupado naquela semana, a família foi considerada como *família de não-ocupados*.

---

<sup>2</sup> O critério de classificação das famílias adotado aqui é inspirado diretamente na metodologia utilizada nos trabalhos do Projeto Rurbano.

Para cada posição na ocupação anteriormente referida, as famílias extensas foram subdivididas segundo o ramo de atividades em que seus membros estavam envolvidos (agrícolas, não-agrícolas e pluriativas), da seguinte forma:

- i) as *famílias agrícolas* são aquelas em que pelo menos um de seus membros estava envolvido em atividades agrícolas – e nenhum outro ocupado em atividades não-agrícolas – como sua ocupação principal na semana de referência da pesquisa (normalmente a última ou a penúltima semana de setembro);
- ii) no caso contrário, são consideradas *famílias não-agrícolas*, uma vez que pelo menos um de seus membros exercia atividades não-agrícolas – e nenhum outro ocupado em atividades agrícolas;
- iii) classificou-se como *famílias pluriativas* aquelas em que pelo menos um de seus membros exercia alguma atividade agrícola e pelo menos um outro exercia uma atividade não-agrícola.

O período de análise será de 2002 a 2008. Não se utilizou o ano de 2001 porque, a partir de 2002 a Classificação Brasileira de Ocupação – CBO –Domiciliar (antes de 2002 apenas CBO) – e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE –Domiciliar (antes de 2002 apenas CNAE) – passaram a ser adotadas para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD. Essa alteração acarretou profundas divergências entre vários tipos de atividades que até a PNAD 2001, por exemplo, eram consideradas ‘Prestação de serviços’ (do tipo ‘Serviços de reparação e manutenção de veículos automotores’), passando a ser enquadradas, a partir da PNAD 2002, como ‘Comércio e Reparação’ (do tipo ‘Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis’). O exemplo dado nem de longe expressa o “caminho das pedras” a ser trilhado para se tentar minimamente compatibilizar as divergências trazidas pelas novas classificações de ocupação e de atividades, razão pela qual se levará em conta somente os anos de 2002 a 2008, tanto para famílias como para pessoas.

A verificação empreendida para captar a existência ou não de tendência estatística na evolução do número de famílias e de pessoas nas tabelas que serão apresentadas no transcorrer do texto baseou-se em um

modelo de regressão log-linear contra o tempo<sup>3</sup>, com a seguinte especificação (NEDER, 2000):

$$Y_t = \ddot{o}e^{\grave{e}t} \quad (1)$$

Onde:

$Y_t$ : o valor da estimativa da PNAD para o ano  $t$

$\ddot{o}$ : um parâmetro a ser estimado da regressão

$\grave{e}$ : um parâmetro a ser estimado da regressão

$e$ : a base dos logaritmos naturais

$t$ : o tempo (ano da PNAD;  $t = 2002, 2003, \dots, 2008$ )

Uma vez que esse modelo é não-linear, para transformá-lo em um modelo de regressão linear, aplicou-se o logaritmo natural nos dois lados da expressão, obtendo-se o seguinte modelo log-linear:

$\ln Y_t = \ln \ddot{o} + \grave{e}t$  ou  $Y'_t = \ddot{o}' + \grave{e}t$  (onde:  $\ln Y_t = Y'_t$ ;  $\ln \ddot{o} = \ddot{o}'$ ) ( $\grave{e}$ : estimativa do coeficiente de regressão)

A taxa de crescimento média ao ano estimada para o período em análise – ou seja, não apenas em um ponto do tempo – é igual a:

$$[(e^{\grave{e}} - 1) \times 100] \quad (2)$$

Por fim, o teste  $t$  foi utilizado para verificar a significância do parâmetro  $\grave{e}$ , uma vez que pode ocorrer que o teste  $t$  para a hipótese de que  $\grave{e} = 0$  não seja significativo, o que implica que, nesse caso ( $\grave{e} = 0$  ou  $e^{\grave{e}} = 1$ ), ao nível de significância adotado, deve-se concluir que os dados não permitem rejeitar a hipótese de que  $Y_t$  não tem tendência de crescimento ou decrescimento ao longo da série de tempo observada. Ocorrendo  $\grave{e}$

<sup>3</sup> O modelo de regressão log-linear é utilizado para a determinação de taxas de crescimento ao longo do tempo e não apenas entre dois pontos extremos de uma série temporal – de modo que se evitam possíveis efeitos devidos a valores atípicos nas extremidades de uma série de tempo, que podem levar à subestimação ou superestimação da taxa de crescimento (NEDER, 2000). Para maiores detalhes e exemplos empíricos da aplicação do modelo log-linear, ver: Neder (2000), Hoffmann (2000) e Gujarati (2006).

$> 0$  ou  $< 0$ , pode-se falar, então, em tendência de crescimento ou decrescimento ao longo da série de tempo observada (HOFFMANN, 2000).

No tópico seguinte, apresentam-se os principais resultados obtidos por meio da metodologia brevemente exposta nesta seção.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) indica que, em 2008, mais de 65% das famílias residentes no conjunto das áreas rurais do Estado do Rio Grande do Norte habitavam espaços denominados pelo IBGE de *rurais agropecuários*<sup>4</sup> (TAB. 1). Essa participação varia quando se considera os diferentes tipos de famílias que estruturam o universo populacional residente nessas áreas específicas, mas em geral são participações que se mantêm em torno de 60,0% para mais. Essa é a razão pela qual se concentrará a atenção, a partir deste momento, apenas no universo de famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias, que são espaços específicos que sofrem menos influência das dinâmicas urbanas, como é o caso dos povoados e das periferias. Ver-se-á que, mesmo nestas áreas de “rural profundo”, as dinâmicas de ocupação e renda das suas populações (famílias e população economicamente ativa – PEA) são menos determinadas pelas atividades agrícolas (leia-se, agropecuárias) e mais por outras fontes não-agrícolas.

<sup>4</sup> As áreas censitárias consideradas rurais pela PNAD, do IBGE, compreendem cinco tipos: 1) área rural de extensão urbana; 2) aglomerado rural (povoado); 3) aglomerado rural núcleo; 4) aglomerado rural (outros); 5) área rural exclusive aglomerado rural. Neste sentido, o que chama-se aqui por *rural agropecuário* são as áreas constituídas pela soma dos números 3 e 5. A ideia de separar o *rural agropecuário* é tentar reconstruir os espaços considerados predominantemente agrícolas que são por excelência espaços apropriados por um único dono (público ou privado).

TABELA 1  
Distribuição dos tipos de famílias extensas do Rio Grande do Norte  
segundo o local de domicílio, 2008 (x 1.000 famílias)

Tipos de famílias	Urbano	Periferia	Povoado	Agropecuário	Total	Total (Urbano+Rural)	Participação Rural (Urbano+Agropecuário total rural)
Empregadora	46,7	0,9	1,4	5,2	7,5	54,2	68,7
Agrícola	0,0	0,0	0,0	0,5	0,5	0,5	100,0
Pluriativo	5,2	0,0	0,5	3,8	4,2	9,4	88,9
Não-agrícola	41,5	0,9	0,9	0,9	2,8	44,3	33,3
Conta Própria	202,3	4,2	22,2	63,2	89,6	291,9	70,5
Agrícola	11,8	0,0	4,2	24,5	28,8	40,6	85,2
Pluriativo	21,2	0,5	8,5	17,9	26,9	48,1	66,7
Não-agrícola	169,3	3,8	9,4	20,7	33,9	203,2	61,1
Agricultura familiar (Conta próprias)	33,0	0,5	12,7	42,4	55,6	88,6	76,3
Agrícola	11,8	0,0	4,2	24,5	28,8	40,6	85,2
Pluriativo	21,2	0,5	8,5	17,9	26,9	48,1	66,7
Empregados	315,4	17,4	20,3	53,3	91,0	406,4	58,6
Agrícola	12,3	0,0	4,7	14,1	18,9	31,1	75,0
Pluriativo	9,9	0,5	2,8	5,7	9,0	18,9	63,2
Não-agrícola	293,3	17,0	12,7	33,5	63,2	356,5	53,0
Não Ocupados	91,5	3,3	9,9	31,1	44,3	135,8	70,2
TOTAL GERAL	655,9	25,9	53,7	152,7	232,4	888,3	65,7

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Tabulações Especiais do Projeto Rurbano

Para verificar a trajetória dos diferentes tipos de famílias, ao longo da década de 2000, a TAB. 2 apresenta a distribuição e a evolução do número de famílias, segundo a tipologia de famílias em análise, residentes nas áreas não metropolitanas rurais agropecuárias do Rio Grande do Norte, no período de 2002 a 2008. Pode-se observar nessa tabela que ocorreu um crescimento significativo<sup>5</sup> do total dessas famílias rurais a uma taxa anual média de 3,3%, no período em questão. Note-se que esse crescimento se deveu, de forma mais intensa, ao crescimento significativo das famílias de não ocupados (5,2%a.a.), seguido pelas famílias de conta-próprias (4,2%a.a.). O número das famílias de empregados permaneceu estabilizado (sentido estatístico).

<sup>5</sup> O qualificativo *significativo* concerne ao teste estatístico feito para verificar se a evolução dos dados (número de famílias) apresenta alguma tendência, de crescimento ou de queda. Dessa forma, sempre que for usado doravante esse qualificativo (representado pelos asteriscos que acompanham algumas taxas nas tabelas) a intenção será a de mostrar que os dados apresentam uma certa tendência estatística, de modo que nos casos em que as taxas de crescimento das tabelas não estiverem acompanhadas de asteriscos significará que as mesmas não são estatisticamente significativas e, portanto, não representam nenhuma tendência – o que poderá ser traduzido, por conseguinte, como uma estabilidade na evolução dos dados.

TABELA 2

Distribuição e evolução do número dos tipos de famílias extensas do Rio Grande do Norte segundo o local de domicílio, 2002 a 2008 (x1.000 famílias)

Local Domicílio / Tipo de família	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	tx. cresc. (%aa)
								2002/2008
<b>RURAL AGROPECUÁRIO</b>								
Empregadora	1,9	4,3	5,2	3,5	3,8	3,7	5,2	--
<b>Agrícola</b>	1,0	1,4	2,3	2,2	1,4	0,5	0,5	--
<b>Pluriativo</b>	1,0	1,4	1,9	0,9	0,5	1,8	3,8	--
<b>Não-agrícola</b>	0,0	1,4	0,9	0,4	1,9	1,4	0,9	--
Conta-Própria	40,6	56,0	56,6	58,4	61,6	49,0	63,2	4,2*
<b>Agrícola</b>	21,3	27,5	31,4	24,3	30,5	18,8	24,5	-1,3
<b>Pluriativo</b>	13,0	17,6	14,5	17,3	19,7	15,1	17,9	3,5
<b>Não-agrícola</b>	6,3	10,9	10,8	16,8	11,3	15,1	20,7	16,5***
Agricultura familiar (Conta próprias)	34,3	45,1	45,9	41,6	50,3	33,9	42,4	0,6
<b>Agrícola</b>	21,3	27,5	31,4	24,3	30,5	18,8	24,5	-1,3
<b>Pluriativo</b>	13,0	17,6	14,5	17,3	19,7	15,1	17,9	3,5
Empregados	54,1	51,3	50,1	61,1	56,9	61,4	53,3	1,6
<b>Agrícola</b>	27,1	24,7	20,1	26,1	24,4	27,9	14,1	-5,2
<b>Pluriativo</b>	7,7	7,1	5,6	7,5	3,8	6,9	5,7	-4,9
<b>Não-agrícola</b>	19,3	19,5	24,3	27,5	26,7	26,6	33,5	9,1***
Não-ocupado na semana	27,1	19,9	22,5	22,6	24,9	31,2	31,1	5,2*
<b>TOTAL</b>	<b>123,7</b>	<b>131,6</b>	<b>134,3</b>	<b>145,7</b>	<b>147,1</b>	<b>145,2</b>	<b>152,7</b>	<b>3,3***</b>

Nota 1: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

Nota 2: os '—' significam que na amostra havia menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo.

Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Analisando-se de forma desagregada a evolução das famílias de conta-próprias (TAB. 2), a partir de suas inserções nos distintos ramos de atividade, agrícola e não-agrícola, nota-se que o crescimento significativo desse tipo familiar decorreu particularmente de suas integrações às atividades não-agrícolas, por conta-própria. De fato, percebe-se que o número das famílias de conta-próprias não-agrícolas cresceu a uma elevada taxa significativa de 16,5% a.a., no período de 2002 a 2008. Quanto às famílias de empregados, pode-se notar que, a despeito da estabilização (sentido estatístico) do total desse tipo familiar no referido período, as famílias de empregados não-agrícolas apre-

sentaram uma taxa significativa de crescimento de 9,1%a.a. Essas duas observações reforçam a constatação da forte inserção das famílias rurais agropecuárias norte-rio-grandenses nas atividades não-agrícolas no início do século XXI.<sup>6</sup>

A TAB. 2 também revela que as famílias que têm maior presença nas áreas rurais potiguares são as famílias de conta-próprias e as de empregados – que juntas compreendiam 76,2% do universo das famílias analisadas, em 2008. Verifica-se ainda que enquanto crescem de forma significativa (sentido estatístico) as famílias não-agrícolas (de conta-próprias e de empregados) e as famílias de não ocupados, o universo das famílias da agricultura familiar (famílias de conta-própria agrícolas e pluriativas) permaneceu estabilizado (sentido estatístico).

Por sua vez, a TAB. 3 (elaborada a partir da TAB. 2) indica em termos percentuais que, em 2008, menos da metade das famílias rurais agropecuárias potiguares (5 famílias agrícolas + pluriativas = 43,5%) mantinham algum vínculo com as atividades agropecuárias. Se considerarmos apenas as famílias estritamente agrícolas, essa fração cai para apenas 25,6%. Ao contrário disso, pode-se observar que o conjunto das famílias exclusivamente não-agrícolas (36,1%) ultrapassa as famílias estritamente agrícolas. Somando as famílias não-agrícolas com as famílias de não ocupados – ou seja, famílias sem nenhum vínculo produtivo com a agricultura (leia-se, agropecuária) – alcança-se mais da metade (56,5%) das famílias rurais norte-rio-grandenses.

---

<sup>6</sup> Deve-se ressaltar que a inserção das famílias rurais do Rio Grande do Norte nas atividades não-agrícolas não é um fato novo. De acordo com Gomes da Silva (2000), ao longo da história, a população rural potiguar sempre conviveu com alternativas não-agrícolas à ocupação agrícola. Na opinião desse autor, a grande novidade neste assunto é, na verdade, o papel de destaque que essas atividades passam a assumir no contexto estadual a partir dos anos 1990, onde o número de pessoas da PEA rural ocupadas em atividades não-agrícolas supera o número de pessoas ocupadas em atividades exclusivamente agrícolas.

TABELA 3

Participação relativa (%) de cada um dos tipos de famílias (e grupos de famílias) na totalidade das famílias rurais agropecuárias do Rio Grande do Norte, 2002 a 2008

Local Domicílio / Tipo de família	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	tx. cresc. (%aa)	
								2002/2008	
<b>Rural Agropecuário</b>									
<b>A</b>									
Agrícola	39,8	40,8	40,1	36,2	38,3	32,5	25,6	-6,3 ***	
Pluriativo	17,6	19,9	16,4	17,6	16,3	16,4	17,9	-1,2	
Agrícola + Pluriativo	57,4	60,7	56,4	53,8	54,6	48,9	43,5	-4,5 ***	
Não-agrícola	20,7	24,2	26,8	30,7	28,4	29,7	36,1	7,9 ***	
Não-agrícola + Pluriativo	38,3	44,0	43,2	48,3	44,7	46,1	54,0	4,2 ***	
<b>B</b>									
Não-agrícola + Pluriativo + Não ocupado	60,2	59,2	59,9	63,8	61,7	67,5	74,4	3,4 ***	
Não agrícola + Não ocupado	42,6	39,3	43,6	46,2	45,4	51,1	56,5	5,2 ***	
Não ocupados	21,9	15,2	16,7	15,5	16,9	21,5	20,4	1,8	

Legenda A: Empregadora + Conta própria + Empregados: Empregadora + Conta própria + Empregados + Não ocupados

Nota 1: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 6 observações.

Nota 2: os '—' significam que na amostra havia menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Tabela 2.

Destaque-se, ainda na TAB. 3, o fato de que, ao longo dos anos 2000 apenas as famílias sem vínculos produtivos com a agricultura é que exibiram tendências de crescimento (sentido estatístico), como é o caso das famílias não-agrícolas. Dessa forma, somente quando se efetua a combinação das famílias pluriativas e/ou das famílias de não ocupados com as famílias não-agrícolas é que ocorre o registro de taxas de crescimento significativas. No caso das famílias de não ocupados, o positivo é que esse tipo familiar não apresenta tendência de aumento de sua participação relativa no conjunto geral das famílias em questão.

Essa característica da estrutura da composição dos diferentes tipos de famílias rurais agropecuárias do Rio Grande do Norte – de ser marcada por uma maior participação das famílias não-agrícolas – também é própria da população economicamente ativa (PEA) residente nas referidas áreas rurais do Estado, como pode ser verificado na TAB. 4. Essa tabela, que traz dados referentes às pessoas residentes no subespaço rural agropecuário com 10 anos ou mais de idade, apresenta a distribuição da PEA agrícola e da PEA não-agrícola,

segundo a posição na ocupação dos ocupados em cada um dos ramos de atividade, agrícola e não-agrícola, além de apresentar também a distribuição da população de não ocupados.

Olhando mais atentamente a TAB. 4 percebe-se que, enquanto a PEA agrícola permaneceu estabilizada (sentido estatístico), entre 2002 e 2008, a PEA não-agrícola exibiu uma alta taxa significativa de crescimento (9,0%a.a.), nesse mesmo período de referência. Esse forte crescimento da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas foi devido ao rápido crescimento da PEA não-agrícola empregada (10,2%a.a.), especialmente os empregados com carteira de trabalho assinada (15,7%a.a.), e da PEA não-agrícola por conta-própria (13,7%a.a.).

Por outro lado, no que diz respeito à população não ocupada, a TAB. 4 registra também forte crescimento: i) da população desempregada<sup>7</sup>, com uma taxa significativa de 17,3%a.a.; ii) da população inativa<sup>8</sup> com aposentadoria, particularmente da população com 65 anos ou mais de idade (7,7%a.a.)<sup>9</sup>; e iii) da população inativa sem aposentadoria (4,1% a.a.), notadamente as pessoas com idade entre 10 e 29 anos. Somando o total da população de não ocupados (278 mil pessoas) com o total da PEA não-agrícola (113 mil pessoas) conclui-se que 80,1% da população residente nas áreas agropecuárias norte-rio-grandenses não estão ligadas produtivamente às atividades agrícolas. Tais informações revelam que tais áreas rurais potiguares estão sendo usadas para finalidades outras que vão para além dos limites das atividades agrícolas. Em outros termos, são espaços cuja

<sup>7</sup> A PEA não ocupada desempregada refere-se à população desocupada que efetivamente tomou providências no sentido de procurar trabalho na semana de referência da PNAD (IBGE/PNAD, 2008, p. 30).

<sup>8</sup> Os Inativos são as pessoas classificadas como não ocupadas e que não procuraram trabalho na semana de referência da PNAD (IBGE/PNAD, 2008, p. 30-31).

<sup>9</sup> O número expressivo de aposentados rurais no espaço rural potiguar é reflexo da universalização dos direitos sociais no campo brasileiro após 1992, ano da implantação da nova legislação que regulamentou a matéria referente ao sistema de Previdência Rural no país (DELGADO & CARDOSO Jr., 2003). Desde então, não se pode mais pensar em entender a dinâmica socioeconômica da maior parte dos municípios do Rio Grande do Norte sem levar em conta a importância desses “novos” atores sociais. Só para se ter uma ideia, em 2008, conforme dados da DATAPREV, a Previdência Rural injetou na economia estadual, por meio do pagamento de benefícios rurais, mais de R\$ 1,1 bilhão. Essa renda garante a reprodução de centenas de famílias e funciona também como uma das principais fontes de dinamismo das economias locais (AQUINO & SOUZA, 2007; FELIPE & CARVALHO, 2002; SOUZA & AQUINO, 2007).

utilização se reparte entre a produção agrícola (leia-se, agropecuária), a execução (ou a residência de pessoas que se ocupam) de atividades não-agrícolas, a residência de idosos e de jovens que estão desempregados. Essa diversidade de novos “usos” e “funções” dos espaços rurais é um fenômeno destacado em vários estudos (GOMES DA SILVA, 2000, 2006; GRAZIANO DA SILVA, 1999, 2001).

TABELA 4

Distribuição e evolução da população rural do Rio Grande do Norte com 10 anos ou mais de idade ocupada (PEA restrita\*) e não ocupada segundo o ramo de atividade, a posição na ocupação e a situação do domicílio, 2002-2008 (1.000 pessoas)

Local Domicílio / Ramo de atividade / Posição na ocupação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	bx. cresc. (%aa)
	2002/2008							
<b>Rural Agropecuário</b>								
<b>PEA Agrícola</b>	116	141	135	119	147	108	97	-3,4
Empregado	44	45	36	42	44	43	33	-3,0
Empregado com carteira	3	5	4	6	5	5	5	7,3*
Empregado sem carteira	42	40	31	35	39	38	27	-4,1*
conta-própria	34	41	50	42	51	35	40	0,7
empregador	2	2	4	3	2	2	3	--
não remunerado	36	52	45	32	50	28	22	-8,8*
<b>PEA Não agrícola</b>	58	76	72	93	86	86	113	9,0***
Empregado	29	33	37	48	45	43	58	10,2***
Empregado com carteira	10	17	16	25	19	20	33	15,7***
Empregado sem carteira	19	16	21	23	26	23	24	5,8***
Militar (empregado)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,5	--
Funcionário público estatutário	6	8	6	9	8	10	5	1,8
Empregado Doméstico	10	10	8	9	10	6	13	-0,6
conta-própria	10	20	19	23	17	24	31	13,7***
empregador	0	2	1	1	2	1	2	--
não remunerado	3	2	2	3	3	3	4	--
<b>Não ocupados</b>	230	226	211	267	252	278	278	4,2***
PEA não ocupada (desempregada)	6	12	10	19	16	19	18	17,3***
Inativos com aposentadoria	53	41	44	54	55	53	59	4,0*
10 a 29 anos de idade	4	3	0	1	1	2	1	--
30 a 49 anos de idade	4	3	2	4	3	3	2	--
50 a 64 anos de idade	17	14	16	15	18	16	18	1,8
65 anos da idade e mais	28	21	26	33	33	33	38	7,7***
Inativos sem aposentadoria	171	173	157	194	182	206	200	3,6***
10 a 29 anos de idade	119	118	105	134	125	142	144	4,1***
30 a 49 anos de idade	38	44	40	44	41	47	41	1,7
50 a 64 anos de idade	14	9	10	14	14	15	13	3,9
65 anos da idade e mais	0	2	1	2	2	1	2	--
<b>Total</b>	404	442	417	479	485	471	488	3,1***

(\*) PEA restrita: exclui pessoas com menos de 15 horas de ocupação e exclusivamente dedicadas ao autoconsumo e à autoconstrução, na semana de referência da PNAD.

Nota: os ‘—’ significam que na amostra havia menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

Na verdade, as observações anteriores representam um dos mais importantes indicadores de que o meio rural potiguar, à semelhança de outras partes do Brasil, já se converteu também num “lugar de moradia” deixando de ser apenas um local de trabalho. De fato, percebe-se que as pessoas residentes no campo não estão necessariamente ocupadas, nem muito menos ocupadas em atividades ligadas às lavouras e à pecuária. Segundo Campanhola & Graziano da Silva (2000, p. 9), essa dissociação crescente entre local de residência e local de trabalho, que há muito já ocorreu nas cidades, “é mais um indicador da urbanização dos campos brasileiros e uma esperança de que num futuro próximo os trabalhadores rurais não precisem emigrar para as áreas urbanas se quiserem ser cidadãos brasileiros”.

Do ponto de vista dos diferentes ramos de atividades não-agrícolas, o intenso crescimento da PEA rural não-agrícola entre os anos de 2002 e 2008 decorreu do também forte crescimento das ocupações nos ramos da indústria de transformação (7,4%a.a.), da indústria da construção (19,6%a.a.), do comércio e reparação (11,8%a.a. e do

TABELA5

Distribuição e evolução da população rural (PEA restrita\*) ocupada no Rio Grande do Norte segundo o ramo de atividade e a situação do domicílio, 2002-2008 (x 1.000 pessoas)

Local Domicílio / Ramo de atividade / Posição na ocupação	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	tx. cresc. (%aa)
	2002/2008							
<b>Rural Agropecuario</b>								
<b>Agrícola</b>	116	141	135	119	147	108	97	-3,4
<b>Não agrícola</b>	58	76	72	93	86	86	113	9,0 ***
Indústria transformação	15	13	12	15	16	17	23	7,4 ***
Outra Ativ. Industriais	1	6	2	4	3	2	5	--
Ind. construção	3	8	9	10	11	10	14	19,6 ***
Comércio e Reparação	7	15	18	19	15	17	20	11,8 **
Alojamento e alim.	1	3	4	5	4	4	7	--
Transporte, armazenagem e comunicação	2	2	1	5	4	5	5	--
Administração pública	7	3	5	4	5	5	4	-4,6
Educação, saúde e serviços sociais	10	9	9	14	13	12	11	4,4 *
Serviços domésticos	10	10	8	9	10	6	13	-0,6
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0	6	2	3	2	5	7	--
Outras atividades	0	0	0	4	2	4	4	--
Atividades mal definidas ou não declaradas	0	0	0	1	0	0	0	--
<b>Total</b>	174	217	206	212	233	194	210	1,7

(\*) PEA restrita: exclui pessoas com menos de 15 horas de ocupação e exclusivamente dedicadas ao autoconsumo e à autoconstrução, na semana de referência da PNAD.

Nota: os ‘—’ significam que na amostra havia menos de 6 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

\*\*\*, \*\*, \* significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Fonte: Microdados PNAD/IBGE - Tabulações Especiais do Projeto Rurbano.

grupo da educação, saúde e serviços sociais (4,4%a.a.), conforme evidenciado na TAB. 5.<sup>10</sup>

De maneira geral, os ramos de atividades não-agrícolas apresentados na TAB 5 se desenvolvem com graus variados de dinamismo dentro e fora do espaço rural. Eles são dinamizados em sua maior parte pelas transferências governamentais que injetam mensalmente somas razoáveis de recursos na economia estadual, contribuindo para fortalecer o mercado consumidor interno e dinamizar a “economia popular” nos pequenos municípios potiguares. A maior inserção das famílias do campo nessas atividades tem sido facilitada graças à melhoria dos meios de transporte e comunicação, com especial destaque para a proliferação de motocicletas e aparelhos celulares, que tornam ainda mais tênues as fronteiras entre o rural e o urbano nas pequenas localidades do interior do Rio Grande do Norte.

Como desdobramento dessa situação, uma parcela considerável da população rural potiguar está dependendo cada vez menos das atividades estritamente agropecuárias para garantir sua reprodução social e econômica. Para fortalecer este argumento, a TAB. 6 apresenta a renda média total e de cada um dos tipos de famílias que estruturam as áreas rurais agropecuárias potiguares, assim como também a composição dessa renda de acordo com as diferentes fontes de renda do trabalho (agrícola e não-agrícola) e do não trabalho (aposentadorias e pensões, e outras fontes).

Inicialmente, observa-se que a renda média do universo de famílias rurais agropecuárias norte-rio-grandenses era, em 2008, de R\$ 813,31, sendo que 61,1% desse valor correspondia à contribuição das rendas decorrentes das atividades agrícolas e não-agrícolas, com maior destaque para as rendas não-agrícolas que, sozinhas, atingiam 43,3% da renda média total. É importante perceber, também, que quase 40,0% da renda média do conjunto das famílias em análise decorriam de

<sup>10</sup> Como resultado das especificidades locais, essas “novas” ocupações rurais esboçam, no Rio Grande do Norte, uma ligação bastante estreita com profissões para as quais se exige pouca qualificação (serviços domésticos, ajudantes de pedreiro, balconistas, ambulantes, faxineiros, forneiros de olarias, etc.), ou, no caso das mais especializadas, elas tendem a ser ofícios padronizados (costureiro/alfaiate, motorista, etc.), ou, então, desvios dessas profissões, como é o caso dos professores leigos especialmente na educação de jovens e adultos (GOMES DA SILVA, 2000).

TABELA 6

Distribuição e composição da renda média das famílias rurais do Rio Grande do Norte segundo o tipo de família e as diferentes fontes de renda do trabalho (agrícola e não-agrícola) e do não trabalho (aposentadorias/pensões e outras fontes), 2008

Local Domicílio / Tipo de família	Agrícola	Não-agric.	aposent./pensões	out. fontes	2008
	%	%	%	%	R\$
<b>RURAL AGROPECUARIO</b>	17,8	43,3	29,2	9,7	813,31
Empregadora	20,1	60,9	13,9	5,1	2.450,05
Agrícola	90,1	0,0	0,0	9,9	666,00
Pluriativo	24,7	49,3	19,3	6,7	2.436,04
Não-agrícola	0,0	100,0	0,0	0,0	3.400,00
Conta-Própria	24,6	36,2	29,2	10,0	815,46
Agrícola	36,9	0,0	47,8	15,3	656,16
Pluriativo	32,9	35,1	25,7	6,2	1.142,53
Não-agrícola	0,0	77,0	13,6	9,3	726,63
Empregados	15,5	61,4	14,2	8,9	839,39
Agrícola	65,6	0,0	22,1	12,3	564,05
Pluriativo	20,6	65,5	7,4	6,6	1.538,35
Não-agrícola	0,0	77,5	14,0	8,6	847,41
Não-ocupado na semana	0,0	0,0	84,9	15,1	492,11

Fonte: Microdados PNAD/IBGE Tabulações Especiais do Projeto RURBANO.

fontes do não trabalho, especialmente de aposentadorias e pensões. Dessa forma, nada menos que 80,0% da renda média geral do rural agropecuário potiguar provinham do somatório da fração das rendas não-agrícolas com as frações das rendas do não trabalho, o que significa constatar que a dinâmica de geração de renda no rural potiguar depende relativamente pouco das atividades estritamente agrícolas (leia-se agropecuárias), ou seja, menos de 20,0%.

No que diz respeito aos diferentes tipos de famílias, segundo a posição na ocupação (empregadoras, conta-próprias, empregados, não ocupados), a Tabela 6 registra informações semelhantes ao exposto no parágrafo anterior relativo ao total de famílias. Ou seja, mantém-se a observação de que as atividades agrícolas têm uma pequena participação na composição da renda média familiar no rural potiguar, onde apenas entre o grupo das famílias de conta-próprias é que a contribuição das atividades agrícolas é um pouco maior (24,6%). Por outro lado, as atividades não-agrícolas desempenham um papel de destaque na composição da renda média das famílias de empregadores (60,9%) e nas de empregados (61,4%). Entre as famílias de conta-próprias, o peso maior, na composição da renda média, é

devido às fontes do não trabalho, que somadas atingem quase 40,0%<sup>11</sup>, seguido da participação das atividades não-agrícolas (36,2%).

Vale a pena sublinhar que entre as famílias estritamente agrícolas<sup>12</sup> do Rio Grande do Norte, é justamente no grupo de conta-próprias agrícolas (agricultura familiar) que o peso das atividades agropecuárias na composição da renda média familiar se mostra menos importante (36,9%), comparativamente aos dois outros grupos: famílias de empregadores agrícolas (90,1%) e de empregados agrícolas (65,6%). O inverso acontece com as famílias pluriativas. Observe-se que, nesse caso, o peso das rendas geradas pelas atividades agrícolas, na composição da renda média familiar, é um pouco maior entre as famílias de conta-próprias pluriativas (agricultura familiar, 32,9%), mais do que nos dois outros tipos também pluriativos (de empregadores, 24,7%, e de empregados, 20,6%). Nota-se, portanto, que mesmo entre os dois tipos mais comuns de agricultores familiares (famílias de conta-próprias agrícolas e pluriativas), a dinâmica de geração e de formação da renda média familiar é fortemente comandada por fontes totalmente desprovidas de vínculos diretos com as atividades agropecuárias tradicionais.

Finalmente, uma última observação a ser feita a partir dos dados da TAB 6 é que, dentro de cada um dos grupos de famílias, foram as pluriativas as que apresentaram, em 2008, as maiores rendas médias: em primeiro lugar as famílias de empregadores pluriativos (R\$2.436,02), seguidas das famílias de empregados pluriativos (R\$1.538,35) e, por último, as famílias de conta-próprias pluriativos (R\$1.142,53). Essas evidências sugerem, entre outras coisas, que o caminho para fortalecer a agricultura familiar potiguar não pode se resumir unicamente ao estímulo à especialização dos produtores em atividades agropecuárias. Uma estratégia de

<sup>11</sup> A massa de renda gerada mensalmente pelas transferências governamentais reduz a vulnerabilidade das famílias rurais criando uma “economia resistente às secas” que assola periodicamente os municípios norte-rio-grandenses, e, além disso, fortalece a “economia popular” que se constitui em uma das principais fontes de dinamismo das atividades não-agrícolas no território potiguar e nos demais estados nordestinos (CARVALHO, 2005; MAIA GOMES, 2001).

<sup>12</sup> As *famílias agrícolas*, como mencionado na seção anterior, são aquelas em que pelo menos um de seus membros estava envolvido em atividades agrícolas, e nenhum outro estava ocupado em atividades não-agrícolas como sua ocupação principal, na semana de referência da coleta dos dados da PNAD (normalmente a última ou a penúltima semana de setembro).

desenvolvimento rural deve valorizar a pluriatividade (combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas) como o melhor meio para reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida da população rural que habita as diferentes porções do território estadual.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A caracterização do meio rural do Rio Grande do Norte a partir dos dados das PNADs mostrou que a maior parte da população rural do Estado vive em áreas rurais agropecuárias. Nestes espaços particulares, nota-se que as famílias exclusivamente agrícolas vêm diminuindo entre 2002 e 2008, mas, o número total de famílias residentes, ao contrário do esperado, vem crescendo de forma significativa. Esse crescimento é explicado pelo aumento das famílias não-agrícolas e das famílias de não ocupados. Isto significa que o rural potiguar está se convertendo cada vez mais em um local de moradia e deixando de ser apenas um local de trabalho na agropecuária.

De fato, observa-se ao longo do período estudado que as famílias rurais do referido Estado estão se tornando menos agrícolas e se convertendo a cada ano em famílias não-agrícolas ou em famílias de não ocupados (em que se verifica a presença marcante de aposentados por idade e jovens de 10 a 29 anos). Essas constatações revelam que o espaço rural norte-rio-grandense mantém fortes vínculos com dinâmicas de ocupação e renda ligadas a atividades não-agrícolas e outras fontes.

Em termos práticos, isto indica que as ações governamentais de corte estritamente setorial, limitadas unicamente ao setor agropecuário, são necessárias, porém insuficientes para responder as necessidades desse espaço particular no século XXI. Diante disso, um dos desafios essenciais para as políticas voltadas para o meio rural potiguar no futuro consistirá em, de um lado, fortalecer a agricultura e a produção de alimentos, e, de outro, melhorar as condições em que as atividades não-agrícolas são desenvolvidas, de modo que, por estas duas vias, seja possível promover a pluriatividade como um importante caminho estratégico para o desenvolvimento rural sustentável.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. R.; SOUZA, R. C. Impactos socioeconômicos da Previdência Rural no Brasil: um estudo de caso no município de Encanto/RN. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina/PR. *Anais...* Londrina/PR: SOBER, 2007. p. 1-18 (CD-ROM).
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste*. Jaguariúna, SP: Embrapa, 2000.
- CARVALHO, C. P. *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas*. Maceió: Edufal, 2005.
- DATAPREV. *Valor dos benefícios emitidos pela Previdência Social no Rio Grande do Norte, 2008*. Disponível em: <<http://www.dataprev.gov.br>> Acesso em: 25 maio 2009.
- DELGADO, G.; CARDOSO Jr., J. C. (Orgs.). *A universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90*. 2. ed. Brasília: IPEA, 2003.
- DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-1995*. Campinas, 1999. 221f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- FELIPE, J. L. A.; CARVALHO, E. A. de. *Economia do Rio Grande do Norte: estudo geo-histórico e econômico*. João Pessoa/PB: Grafset, 2002.
- GOMES DA SILVA, A. Novas configurações no espaço rural do Rio Grande do Norte. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000. p. 13-44.
- \_\_\_\_\_. Pobreza, qualidade de vida e segurança alimentar: as famílias rurais norte-rio-grandenses. In: GOMES, A. (Org.). *Da mobilização às mudanças sociais: dinâmica das novas ruralidades do Nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Campinas/SP: CERES, 2006. p. 161-176.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. rev. Campinas: UNICAMP/IE, 1999.

\_\_\_\_\_. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo/USP, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

GUJARATI, D. N. *Econometria básica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2006.

HOFFMANN, R. Quatro tipos de testes de hipóteses com os dados das PNADs. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. p. 137-155.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2008). PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS – PNAD 2008. *Notas Metodológicas*. IBGE (CD-ROM).

MAIA GOMES, G. *Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semi-árido e dos cerrados nordestinos*. Brasília: IPEA, 2001.

MARSDEN, T. Towards the Political Economy of Pluriactivity. *Journal of Rural Studies*. London, v. 6, n. 4, p. 375-382, 1990.

NASCIMENTO, C. A. *Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Européia*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. (Série BNB Teses e Dissertações, n. 11).

NEDER, H. D. A Utilização estatística das informações das PNADs: testes de hipóteses e reamostragem. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna: Embrapa, 2000. p. 101-136.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SOUZA, R. C.; AQUINO, J. R. A importância das transferências públicas para a economia dos pequenos municípios: o caso da Previdência Social Rural na microrregião Serra de São Miguel-RN. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 5., 2007, Recife/PE. *Anais...* Recife/PE: ENABER, 2007. p. 1-19 (CD-ROM).